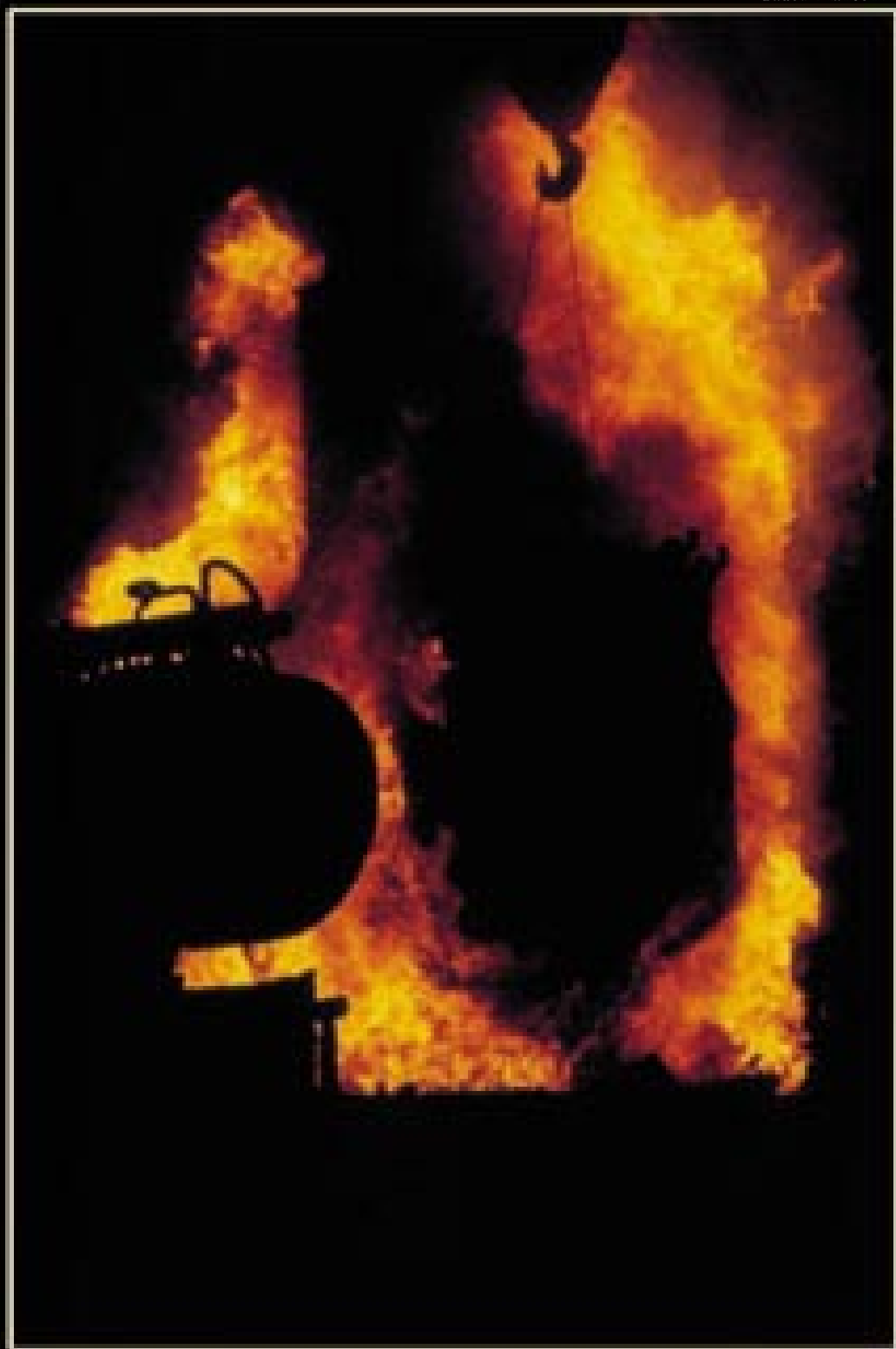
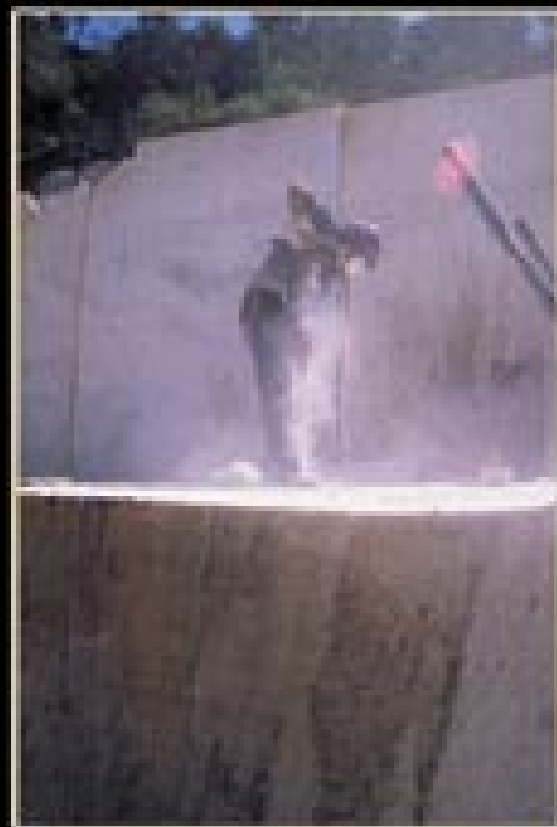


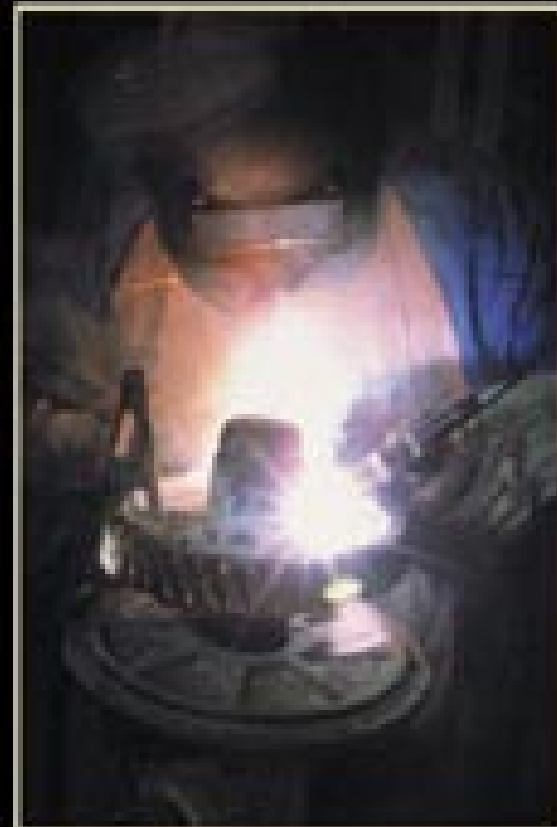
Tadeu Bianconi



Empresariado capixaba avança sob a tempestade do progresso



Ricardo Medeiros



Tadeu Bianconi



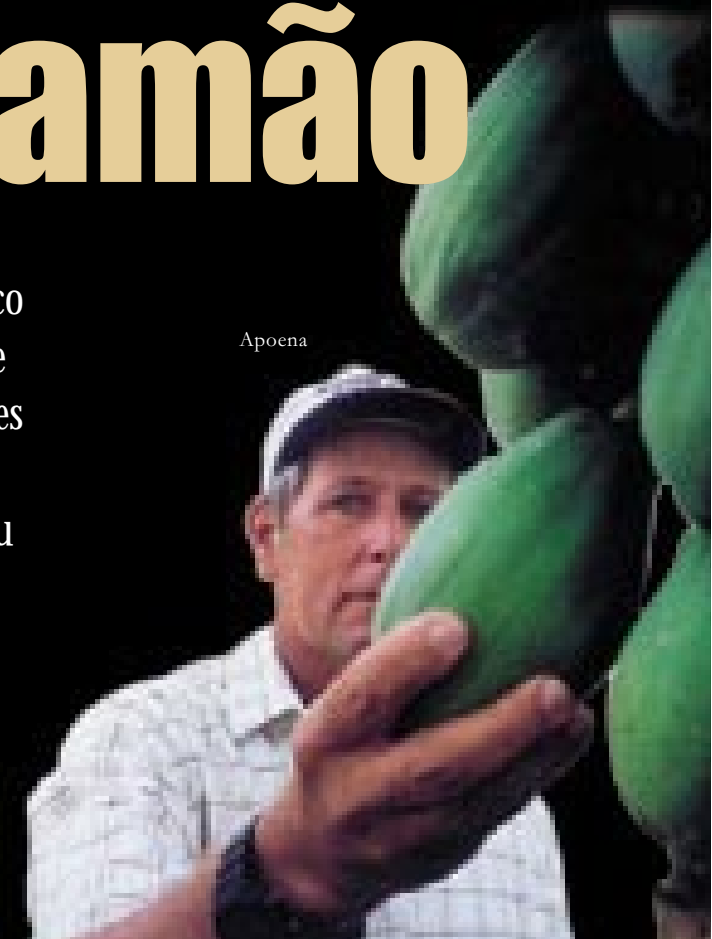
Apoena

No rastro do mamão

De forma lenta e gradual, embora ainda um pouco insegura, a economia capixaba vai aos poucos se libertando de sua histórica dependência dos favores oficiais para buscar caminhos próprios rumo ao progresso, seguindo a trilha dos Caliman e do seu mamão papaya

Geraldo Hasse e Lena Azevedo

Apoena



Na fruticultura, o primeiro bom exemplo

Há mais de um século o extrativismo condiciona, vicia e distorce a economia do Espírito Santo

Os irmãos Caliman, que cultivam mamões em Linhares, são o último grande exemplo de empresários bem-sucedidos do Espírito Santo. Não admira que sejam tão festejados. Egressos do período do extrativismo madeireiro, eles agora são pioneiros na fruticultura e ousam correr riscos na lavoura e na agroindústria. Reciclados por uma verdadeira inflexão no capitalismo moderno – saíram da devastação florestal indiscriminada para uma agricultura que caminha de volta às origens, livre de produtos químicos nefastos para o meio ambiente e a saúde humana –, são espécimes raros num universo empresarial que se caracteriza pela baixíssima exposição ao risco.

Sabemos que o Brasil está coalhado de empresários que crescem à sombra de benesses públicas. As listas de maiores e melhores empresas do Brasil são lideradas por companhias dependentes de concessões governamentais, decisões oficiais e tarifas públicas. Entre elas figuram empreiteiras de obras, petrolíferas, telefônicas, energéticas, aéreas e automobilísticas – umas monopolistas, outras cartelistas, todas favorecidas por lobbies mais ou menos explícitos.

Nos rankings capixabas, a coisa não é diferente. Durante os anos de ouro da abertura à importação, no início da década de 90, apareceu com brilho a Coimex, que teve seu clímax graças à liberação da importação de veículos. Como uma despachante de luxo instalada no porto de Vitória, essa empresa assumiu a liderança dos negócios brasileiros de importação. Corria riscos mínimos e tinha a seu favor os prêmios fiscais oferecidos pelo Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias, o famoso Fundap.

Criado em 1971 para dinamizar os portos capixabas, o Fundap deu origem a uma espécie de clube do qual fazem parte menos de duas centenas de empresas. Entre as dez maiores figuram,



além da Coimex, a Cotia Trading, a Xerox e a Eximbiz – esta, controlada por Otto Andrade, que emergiu da importação de equipamentos de telefonia na época em que a Telebrás foi presidida pelo capixaba José Ignácio Ferreira.

Há vários outros exemplos de empresas presentes no cenário econômico capixaba mais por injunção fiscal do que por identidade com o território ou a população locais. São poucos os grupos locais com raízes no Espírito Santo. O exemplo clássico é a Chocolates Garoto, cuja estabilidade, entretanto, vem sendo ameaçada pela globalização econômica. Há também o Grupo Buaz, que pode, entretanto, ser acusado de beneficiar-se de um privilégio – a importação de trigo, negócio para poucos, no Brasil. Mas a favor desse grupo se pode dizer que teve peito para investir no novo – o Shopping Center Vitória. O Dadalto, no comércio, é outro que corre riscos calculados. E temos de ir

ficando por aqui. Itapemirim e Águia Branca, por exemplo, já se enquadram no rol de empresas que dependem de concessões e tarifas públicas (transporte de passageiros).

Eis o quadro crítico da conjuntura empresarial do Espírito Santo: depois de citar menos de meia dúzia de empresas de raízes capixabas, faltam exemplos dignos de figurar numa enciclopédia do dinamismo no mundo dos negócios. Na verdade, é muito mais abundante o universo de empresas com o pecado original do favor oficial. Para falar a verdade, é assim em todo o Brasil. O incentivo fiscal foi a grande alavanca da implantação das indústrias siderúrgica, automobilística, naval (que morreu e está voltando), hoteleira, florestal e eletro-eletrônica (em Manaus). No Nordeste, o subsídio oficial é congênito – sem ele, não nasce nenhum empreendimento.

Voltemos ao Espírito Santo. Os exemplos mais dolorosos de falta de identidade com a realidade capixaba são os de



empresas que se implantaram no Estado à sombra de incentivos ou isenções de natureza tributária. A Aracruz, a Vale do Rio Doce, a CST e a Samarco, o quarteto mais poderoso do Espírito Santo, montaram suas bases operacionais graças ao poder de benefícios fiscais. Para o reflorestamento, no caso da Aracruz e da Vale. Para a exportação, no caso de todas elas. Gigantescas, essas empresas têm mais receita que o Estado, projetam sua sombra sobre os governos estaduais e desarticulam quaisquer planos oficiais que possam representar uma ameaça ou um risco aos seus interesses.

Não obstante, sustentam na mídia, por meio de campanhas institucionais, uma bem articulada imagem de benemerência e respeito às comunidades. Quem tem um pé nas comunidades de fato sabe que é discurso político sem base real.

O que aconteceu na área energética no Espírito Santo – Vale, Escelsa e Petrobras teimando em não assumir a responsabilidade de investir numa termelétrica a gás na Grande Vitória – é a amostra mais notória de que a população do Estado está submetida à vontade dessas grandes empresas. Todo mundo conhece o poder dessa dúzia de

A produção e exportação de mamão papaya (página oposta) abriram caminho para bem-sucedidos projetos de risco; na extração de mármore e granito do ES, índice de 50% da produção nacional

empresas – exportadoras umas, importadoras outras. Elas têm uma capacidade de articulação sem precedentes na história estadual. Essas empresas dão empregos, usam tecnologia avançada e demandam serviços sofisticados, mas fica a pergunta: são boas para o Estado? Em outras palavras, a transformação do ES numa plataforma de negócios globais, numa potência do comércio internacional, é benéfica para a maioria dos capixabas?

Não se trata de fechar a porta para as megaexportadoras, mas não é o caso de pensar numa estratégia em favor de um genuíno desenvolvimento econômico com raízes capixabas? O mármore e o granito servem como pano de fundo para uma análise mais demorada desse dilema. Trata-se de empresas predatórias que se nutrem do extrativismo mais primitivo, deixando buracos no meio ambiente e um vazio no cenário econômico. Elas dizem que dão emprego e trazem divisas, o que é verdade, mas qual o futuro disso? O Espírito Santo paga um preço altíssimo por seu apego ao extrativismo. Depois de cortar toda a madeira existente no seu território, os espírito-santenses foram dar lições de derrubada na Amazônia, onde a palavra capixaba é sinônimo de especialista em corte de madeira. Alguns podem se orgulhar disso, mas eu diria que na situação atual do planeta se trata de uma triste sina, uma verdadeira maldição. Sem ser extrativista, devastador ou dependente de favores fiscais, não há outros caminhos para o Espírito Santo trilhar no futuro? Não será hora de prestar atenção no exemplo dos Caliman? (G.H.)

A tempestade do progresso nos lança para o futuro

A situação econômica e o desenvolvimento do Espírito Santo lembram um texto de Walter Benjamin a respeito do quadro *Angelus Novus*, de Paul Klee. Para Benjamin, “o anjo da história tem o rosto voltado para o passado... O anjo bem que gostaria de se deter, despertar os mortos e recompor o que foi feito em pedaços. Mas uma tempestade sopra do Paraíso e se prende em suas asas com tal força, que o anjo já não as pode fechar. A tempestade irresistivelmente o impele ao futuro, para o qual ele dá as costas, enquanto o monte de escombros cresce até o céu diante dele. O que chamamos de Progresso é esta tempestade”.

O fato é que, a despeito dos escombros e mortos, somos lançados para o futuro. Se temos ou não habilidade para evitar, com experiência e planejamento, novos cadáveres, a história vai registrar e responder. Não on-line, por que ela (a história) ainda depende de reflexões e

essas só são possíveis com o tempo.

Alguns segmentos econômicos do Estado tiveram tempo para refletir e desenhar seu futuro. Não querem ser arremessados pela tempestade e, ao mesmo tempo, manter os olhos arregalados para o passado. São de escombros a matéria-prima do novo pensamento, que vai renovando parte do empresariado capixaba. Mesmo que timidamente, algumas iniciativas, que atualmente não figuram com peso na composição de riqueza do Estado, mostram competência gerencial e excelência em suas atividades.

A experiência dos Caliman com a produção de mamão serviu de base para outros empreendimentos do gênero, como a Gaya e a Agra. Esta última adotou um sistema terceirizado, fornecendo ao produtor as sementes, assistência técnica nas oito lavouras já produtivas em Linhares, e conseguiu um volume de 180 toneladas/mês de mamão para

exportação nos 72 hectares de áreas monitoradas. O processo gera 550 empregos diretos e indiretos na região e qualifica a mão-de-obra local, fator considerado imprescindível por empresários, sejam eles do setor primário ou não.

Além da fruticultura, os economistas destacam outros segmentos com potencial de desenvolvimento, seja pela aptidão natural do Estado ou pela renovação dos quadros empresariais. Móveis, confecções, produção de alimentos, mármore e granito, setor metalmeccânico, que deve ser incrementado com a implantação do Laminador de Tiras a Quente (LTQ), da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), e com a exploração do petróleo, figuram nessa lista.

Embora não respondam nem por 30% do PIB, esses segmentos juntos dinamizam a economia capixaba e se mostram como alternativas de desenvolvimento. Costurar essas iniciativas à logística do Espírito Santo, aproveitando os portos e eliminando os gargalos, no que se refere a ferrovias e rodovias, é o desafio político que se coloca ao governo, sob pena de ficar de costas para o futuro e assombrado com seu passado. (L.A.)

Fotos: Apoena



Operários na linha de produção da Movelar (à esquerda), empreendimento de sucesso comandado pelo jovem Domingos Rigoni (embaixo)

móveis laminados para quarto, fabrica mais de 50 mil peças mensais, emprega 1,2 mil pessoas, sendo 830 na própria indústria, e foi recomendada para o ISO 1400, feito só conseguido pela Móveis Florence, no Sul do país.

Para o diretor-presidente da empresa, **Domingos Sávio Rigoni**, que comanda também a Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário (Abimóvel), o fato de Linhares ganhar destaque nessa atividade vem do fato de seus empresários serem novos e, por isso mesmo, empreendedores.

“Quando começamos, só existia a fábrica do *seu* Elias, que fazia móveis sob encomenda. Hoje, somos o 6º pólo no Brasil. Essa posição foi conseguida com investimentos em tecnologia e qualificação profissional, seja do empresariado ou do trabalhador. A mão-de-obra local, na verdade, foi formada ao longo dos anos dentro da Movelar. À medida que aprendiam o ofício, os funcionários saíam para o seu próprio negócio”, afirma Domingos Rigoni.

A família Rigoni mostra excelência em sua atividade. Além da Movelar, a Rimo, que tem como um dos sócios Luiz Rigoni, é a segunda maior empresa do Espírito Santo no setor, embora tenha apenas 13 anos de atividade. A fábrica



é responsável por 230 empregos diretos e mantém uma produção média de 15 mil peças ao mês.

O economista **Arlindo Villaschi Filho** lembra que, a partir do final dos anos noventa, vários elementos implicaram em mudanças qualitativas para a indústria moveleira de Linhares. Ele enumera o “processo de modernização de equipamentos mais atuais como a linha

de pintura Ultra-Violeta (túnel UV), e a presença de um novo fornecedor de matéria-prima – a Aracruz Produtos de Madeira, que oferta madeira serrada de eucalipto de qualidade elevada” –, como dois desses fatores. Outro ponto importante nesse processo, de acordo com Villaschi, foi o aprendizado na exportação “desenvolvido pelas duas maiores empresas do pólo, a Movelar e a Rimo, projetando novos tipos de móveis, novos



A marca da juventude projeta Linhares e o norte do Estado

Um empresariado relativamente novo (entre 25 e 45 anos) marca a atividade moveleira no Estado, especialmente em Linhares, no norte. Há três décadas era impossível imaginar que o município se firmaria como o 6º maior pólo do segmento no país, com 250 fábricas e responsável por quatro mil dos 12 mil postos de trabalho em todo o Espírito Santo.

A estimativa do Sindicato das Indústrias da Madeira e do Mobiliário de

Linhares (Sindimol) é de que o pólo alcança, este ano, uma produção em torno de 700 mil peças e um faturamento próximo a R\$ 400 milhões.

Outras cidades capixabas que se destacam no segmento são Colatina, com 80 empresas, e Vitória, com 750 empreendimentos. Ambas as cidades trabalham com móveis sob encomenda e atendimento a lojas próprias. Das quase 1,1 mil indústrias capixabas, o setor é

formado por 25% de micro, 70% de pequeno porte e outros 5% de grandes. O Sindimol destaca como as maiores do Estado a Movelar, a Panan, Conquista, Dular, Comlar, Docelar, Brumati, Brumol, Locateli e a Rimo, entre outras.

O envolvimento de Linhares com o setor se confunde com a criação da Movelar, implantada pelos irmãos Rigoni, há 35 anos. A empresa atualmente é a maior do Brasil em produção de

designs (Movelar) e conhecimento na confecção de móveis de eucalipto (Rimo)”.

“Experiências como a de Linhares buscam atingir mercados nos quais as políticas ambientais exigem o uso de madeira reflorestada ou, como no caso do mercado norte-americano, com uma demanda significativa por móveis mais robustos, de madeira maciça”, afirma o economista.

Não por acaso, tanto a Movelar como a Rimo, que hoje vendem 95% de seus produtos para a região Sudeste, querem ampliar suas exportações. No caso da Movelar, somente 1,5% da produção segue para o mercado externo, sobretudo para países do Mercosul, América Central e Oriente Médio. Domingos Rigoni não revela qual o percentual que pretende atingir, mas aumentou o número de representantes e vai participar, em 2002, de quatro feiras internacionais.

Já a meta da Rimo, no que se refere a comércio exterior, é mais ousada. A empresa, de acordo com o diretor **Jonilson Suave**, quer saltar dos atuais 3% para 20% até 2005. Os principais clientes são Uruguai, Guatemala e México, mas o mercado cobiçado pela empresa é o dos EUA. Para chegar a esse ponto, a fábrica vai passar por uma expansão de suas instalações até o próximo ano, o que deve gerar 90 novos empregos, além dos



Tadeu Bianconi

empresas ficam atreladas aos investimentos, à ampliação de plantas industriais em solo capixaba. É também uma atividade que exige qualificação profissional, uma vez que atende prioritariamente indústrias de grande porte.

“É um segmento que deveria ser olhado com maior cuidado pelo governo. Um desafio é buscar não só a qualificação empresarial e tecnológica, mas ainda de mão-de-obra”, acredita o economista **Orlando Caliman**.

Dados do Centro Capixaba de Desenvolvimento Metalmeccânico (CDMEC) davam conta que até o ano de 2000 o segmento movimentaria R\$ 200 milhões, participando com 10% da produção nacional.

O trabalho do centro é justamente reduzir a instabilidade a que ficam sujeitas essas empresas, procurando estabelecer um elo entre as indústrias siderúrgicas e de minério, concientizando-as da importância de se priorizar os fornecedores locais. Nos argumentos lançados pelo CDMEC estão os projetos de treinamento e a crescente capacitação nesses empreendimentos.

Os principais clientes do segmento estão localizados nas áreas de mineração, siderurgia, papel e celulose, portuária, setor elétrico, saneamento básico, petróleo e gás, e ainda na construção civil. Entre eles destacam-se Aracruz Celulose, Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, CST, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Escelsa, Flexibrás, Cesan, Chocolates Garoto, Samarco, Telemar, Petrobras e Carboindustrial Carboderivados.

Guilherme Pereira, diretor presidente do Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves (Ipes), chama a atenção ainda para o avanço desse setor no que se refere ao desenvolvimento de tecnologia e equipamentos, destinados à produção de rochas ornamentais.

“O principal fornecedor mundial de equipamentos ainda é a Itália e, depois dela, o Espírito Santo, que confecciona máquinas para o Brasil inteiro e fabrica também itens para vários países, inclusive da Europa”, frisa Pereira.

“Com o laminador de tiras a quente, a CST avança um pouco mais na direção de um produto final e a sua ligação com a economia local, estimulando



Setor espera crescer 50% nos próximos anos

230 atuais. (L.A.)

O Espírito Santo é considerado o maior pólo siderúrgico do mundo em peso, com movimentação de 35 milhões de toneladas de pelotas ao ano. A informação parte do presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico do Estado (Sindifer), **César Daher Carneiro**, que espera um aumento de 50% no setor metalmeccânico nos próximos anos.

O segmento, formado por 1.450 empresas e com um quadro de pessoal em torno de 50 mil metalúrgicos, vive a expectativa da implantação do Laminador de Tiras a Quente (LTQ) da CST. Além de possibilitar o crescimen-

to das empresas existentes, acredita-se que a produção poderá atrair novos empreendimentos, ligados a fabricação de eletrodomésticos, latões, rodas de carros, botijas de gás, entre outras. Atualmente, segundo Daher Carneiro, somente 20% da produção corresponde aos produtos acabados nesse setor.

“A principal indústria de acabados é a Belgo Mineira, responsável pela confecção de 800 mil toneladas de laminados, mantendo inclusive duas fábricas dentro de sua área destinadas a fabricação de perfis galvanizados e containeres”, relata o presidente do Sindifer.

Uma dificuldade enfrentada pelos 80% do mercado é a sazonalidade. As



indiretamente a instalação de empresas que venham a usar esse produto”, acrescenta.

“Já estamos observando um crescimento significativo na área. Prova disso é a dificuldade de se encontrar galpões na região do Civit (bairro da Serra). Acho que esse incremento do setor vai causar um impacto na Serra, que deve se transformar, em pouco tempo, no maior município do Estado”, estima César Daher Carneiro, do Sindifer.

As projeções podem parecer exa-

geradas, mas foi a Serra quem mais cresceu em população com a implantação dos chamados grandes projetos, especialmente na década de 70. De pouco mais de 9 mil habitantes, o município teve um acréscimo de 378%, passando para 322,5 mil moradores em três décadas, um aumento difícil de ser contornado pelo poder público, que se vê cercado com problemas de infra-estrutura, segurança, saúde e educação. (L.A.)



O segmento de confecções não ultrapassa os 5% do PIB estadual, mas demonstra, na prática, que estatísticas nem sempre refletem as possibilidades de crescimento. Se na riqueza do Estado o número não chega a surpreender, na geração de emprego ele tem um peso expressivo, perdendo apenas para a construção civil, o maior empregador regional, com mais de 60 mil postos de trabalho.

Os dois pólos industriais do Espírito Santo, em Colatina e Vila Velha, reúnem 80% das 1,6 mil empresas, sendo 900 delas formais. Para dar conta dos 70 milhões de peças produzidas anualmente em território capixaba, o setor conta com 23 mil trabalhadores e cria mais três mil postos de trabalho na alta temporada (de agosto a dezembro).

As mulheres são o forte das confecções no Estado. Cerca de 85% da mão-de-obra são do sexo feminino, assim como 51% dos empresários e 70% dos consumidores em todo o Brasil. Parece pouco ainda? O pólo de Colatina é responsável por 22% dos empregos ofertados na cidade e possibilitou o surgimento de 120 facções (serviço terceirizado de corte, costura e outros) que hoje prestam serviço para empresas locais e do eixo Rio-São Paulo.

Das 10 maiores empresas do Espírito Santo nesse ramo, sete são da região noroeste, que abrange a região de Colatina, entre elas os grupos Guermar, Merpa, Mimo, Uniroupas, Fanny e Cherne. Na Grande Vitória, a maior é a Cobra D'Água.

Marcos Guerra, presidente do Sindicato das Indústrias de Vestuário de Colatina (Sinvesco), e presidente do grupo Guermar, que confecciona as mar-

cas Presidium e Genius, destaca as dificuldades do setor. Para ele, o principal problema reside na formação da mão-de-obra. “A forma encontrada pela Guermar foi treinar, na prática, os seus 780 funcionários, sendo a maioria residente no bairro Córrego D'Ouro, onde está localizada a fábrica. O ideal seria que o mercado tivesse oferta de profissionais qualificados”.

Para o presidente do Sindicato das Indústrias de Confecção do Espírito Santo (Sinconfec) e proprietário da Cobra D'Água, **Lucas Izoton**, existe uma dificuldade que antecede o chamado chão de fábrica.

“Temos cerca de 700 empresas na informalidade. Nossa maior preocupação hoje é capacitar o empresário. Se ele não tiver uma visão gerencial, não saberá nunca que prato mata a fome, ou seja, equivocadamente vai desprezar o aprimoramento de seus próprios funcionários. O Cetecon (Centro de Tecnologia da Indústria de Confecções) é muito pouco acionado pelos empregadores. Mais de 80% da categoria ignoram o serviço de consultoria, e o Cetecon acaba prestando serviço para empresas de fora do Estado por falta de interesse local”, critica Lucas.

Um dos trabalhos junto ao setor será de conscientizar esses micro e pequenos empresários, que representam 98% do segmento, a sair da informalidade e a buscar treinamento profissional. “A legalidade é importante para o crescimento de qualquer atividade, porque facilita a obtenção de matéria-prima, de crédito e de fornecimento de serviço. A maioria das empresas de confecção, mesmo as de grande porte, começaram

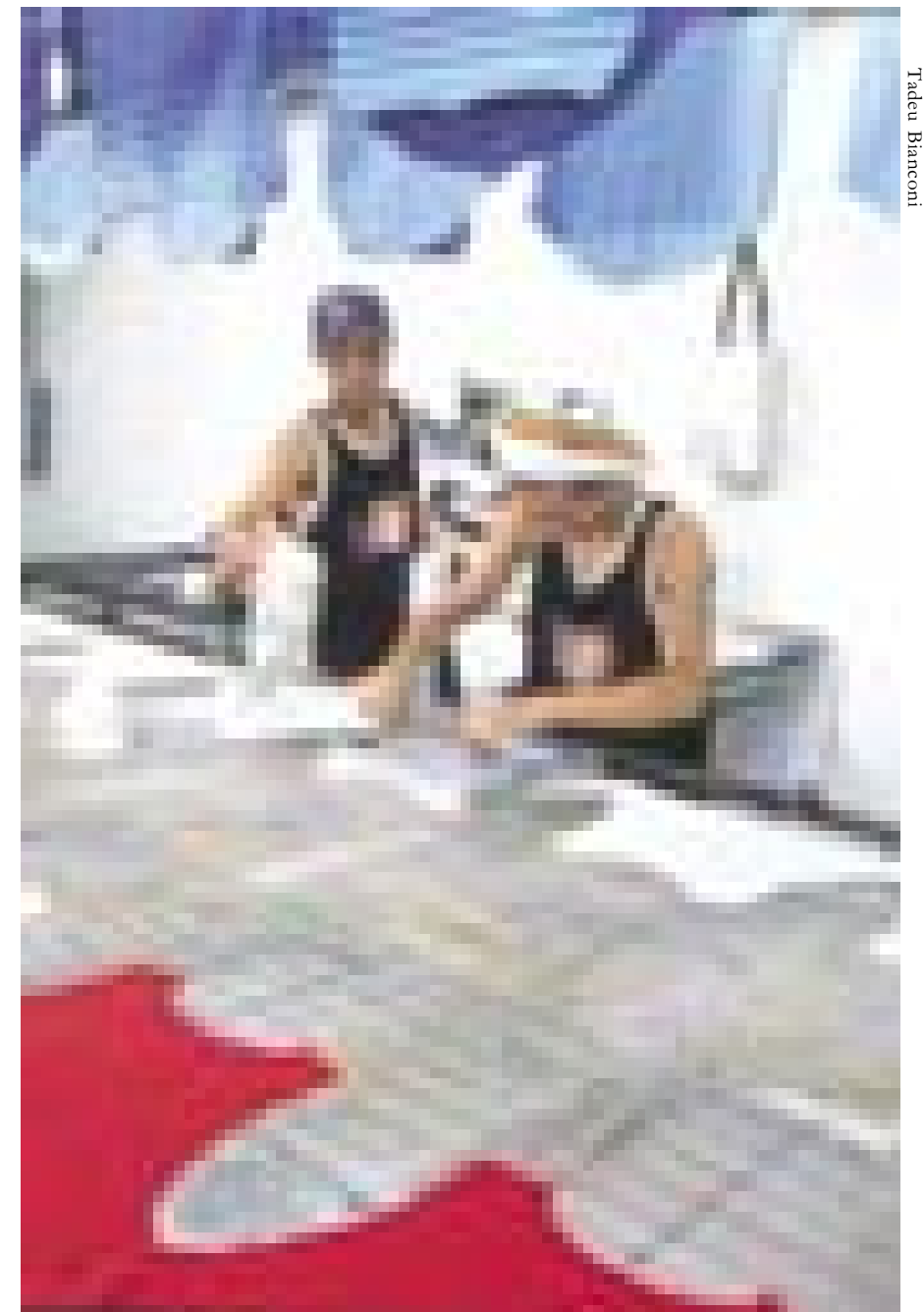
Segmento é forte na geração de emprego e renda

como facções”, argumenta o presidente do Sinconfec.

Não se pode negar a visão de futuro de alguns empresários do ramo.

Para conseguir um profissional mais qualificado, as indústrias antes tinham que recorrer ao mercado nacional. Hoje, através de uma troca de informações com instituições de ensino, já existem três faculdades de moda no Estado e o Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (Cefet/ES) começa a oferecer vagas para técnico em confecções. As ações devem minimizar e, a médio e longo prazo, até acabar com o problema da mão-de-obra não capacitada.

A despeito dos entraves, Izoton prevê um crescimento do setor. “O Espírito Santo detém apenas 1,7% do consumo de roupas no país. Isso significa que ▶



Marcos Guerra preside o sindicato e comanda as marcas Presidium e Genius



Apoena

temos um mercado 60 vezes maior no Brasil para explorar. As 50 maiores empresas do Estado vendem 90% de sua produção para fora e achamos que esse percentual pode ser infinitamente maior”, ressalta.

O pólo de Santa Inês, em Vila Velha, e as fábricas da Grande Vitória têm uma produção diversificada, como sportware e surfware, e destinada, em grande parte, ao comércio local, contra uma média estadual de exportação para outros estados na faixa de 65%. Já Colatina, trabalha com tecido plano (camisas e calças) sob encomenda, sendo 80% de sua produção destinada ao mercado nacional, principalmente São Paulo e Rio. (L.A.)

Já se passaram 23 anos das primeiras



Tadeu Bianconi



Persistência faz do papaya sinônimo da Caliman Agrícola

sementes de mamão papaya vindas do Havai plantadas na fazenda em Canivete, na região de Linhares, mas pode-se dizer que mudam os mercados, mas as estratégias para atingi-los são as mesmas. **Ermando Caliman**, ao chegar na Ceasa com as primeiras caixas da fruta, em 1978, com o sócio **Antenor Kuboyama**, quase foi enxotado. Diziam do papaya que “era comida para porcos”.

A experiência poderia ter terminado ali, mas na visão dos fazendeiros as pessoas não compravam porque desconheciam a fruta. Era preciso fazer um longo trabalho de conscientização e, mais do que isso, de degustação, para convencer os prováveis compradores das qualidades daquele “mamãozinho”. A iniciativa simples resultou na expansão da produção da fruta e, em menos de duas décadas, a Caliman Agrícola virou sinônimo

de papaya no mercado internacional.

Hoje, sete exportadores da espécie, reunidos na recém-criada Associação Brasileira dos Exportadores de Papaya – com nome em inglês de Brapex (Brazilian Association of Papaya Exporters) –, sabem que para conquistar parte das 118 mil toneladas que serão comercializadas até 2005, segundo estudo da Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), vai ser preciso investir pesado em marketing.

Roberto Paca, presidente da Brapex e proprietário da Agra, lembra que a promoção da fruta brasileira no mercado externo foi um dos motivos que levaram à criação da entidade.

“Esse relatório da FAO revela que as importações de mamão papaya devem crescer 46% em todo o mundo.

Os países desenvolvidos representariam 56% e os em desenvolvimento, 44% dos clientes, mas os EUA manteriam a posição de país líder nas importações de papaya. Essas análises só reforçam o nosso entendimento de que ações de divulgação do papaya nacional são da maior importância para ampliar a comercialização no exterior”, justifica Roberto Paca.

Ele lembra que 70% do papaya consumido na Europa saem do Brasil, mas os EUA ainda compram muito mamão do México. “É preciso fazer um trabalho mais intenso junto ao segmento americano, que também não faz contato com empresas, mas só com entidades, como a Brapex. Nesse aspecto, já conseguimos uma vitória”, afirma.

A associação, que reúne os produto-

res Caliman Agrícola (44% da produção exportada), Gaia (29%), Indaiá (9%), Euroconte (4%), Mandharins (4%), Brasfruit (5%) e Agra (5%), responsável pela exportação de 12,36 mil toneladas, de maio a dezembro de 2001, conseguiu ainda obter recursos para realizar uma pesquisa de limites máximos de resíduos (LMR's).

O estudo, que será feito em parceria com o governo federal, universidades, institutos de pesquisa, como o Ipes, e multinacionais produtoras de defensivos agrícolas, começa no próximo mês e vai até fevereiro de 2003. Nele, foram investidos US\$ 800 mil, sendo 75% financiados por empresas estrangeiras, 20% provenientes da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e 5% da Brapex.

PADRÃO DE QUALIDADE

Ermando Caliman abriu as portas para a produção de mamão papaya no Estado, pesquisou e, junto com seus quatro irmãos, chegou a um padrão

de qualidade da fruta para exportação, que hoje significa mais de oito mil toneladas anuais da produção da Caliman Agrícola.

A experiência e o planejamento levaram os irmãos a perceber que era preciso aproveitar toda a produção, descartada em parte por problemas de formato ou padrão, agregando valor ao produto. A princípio, a Golden Fruit surgiu como uma fábrica de polpas e hoje, com maquinário moderno, trabalha somente com frutas processadas de forma asséptica, que podem ser armazenadas, sem necessidade de congelamento, por até dois anos.

O crescimento da Golden Fruit, com uma produção anual de duas toneladas, levou Ermando Caliman a assumir essa parte do negócio e deixar a Caliman Agrícola com o restante da família. A Golden conquistou grandes clientes no setor de laticínios, como a Vigor, Itambé e Batávia, sorvetes (distribuindo para a Kibon), fabricantes de bebidas (entre eles, a Sucos Mais), de biscoitos e planeja, em breve, exportar

seus produtos.

A empresa, instalada numa área de 250 mil metros quadrados, na região de Pedra Azul, contrata até 60 funcionários, dependendo da safra, e gera empregos indiretos na região, através da compra de frutas de 60 produtores de morango, mamão e manga. A Golden também adquire matéria-prima de Minas Gerais (abacaxi), do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Chile. Entre as frutas estão incluídos o pêssego, a ameixa, a maçã e a banana.

A agroindústria tem provocado a diversificação da fruticultura no Estado, que hoje já responde por 16% do setor agrícola regional. Uma das empresas que estão contribuindo para o incremento do setor, além da própria Golden Fruit, é a Sucos Mais, que deve iniciar suas atividades em março, na sede em Linhares.

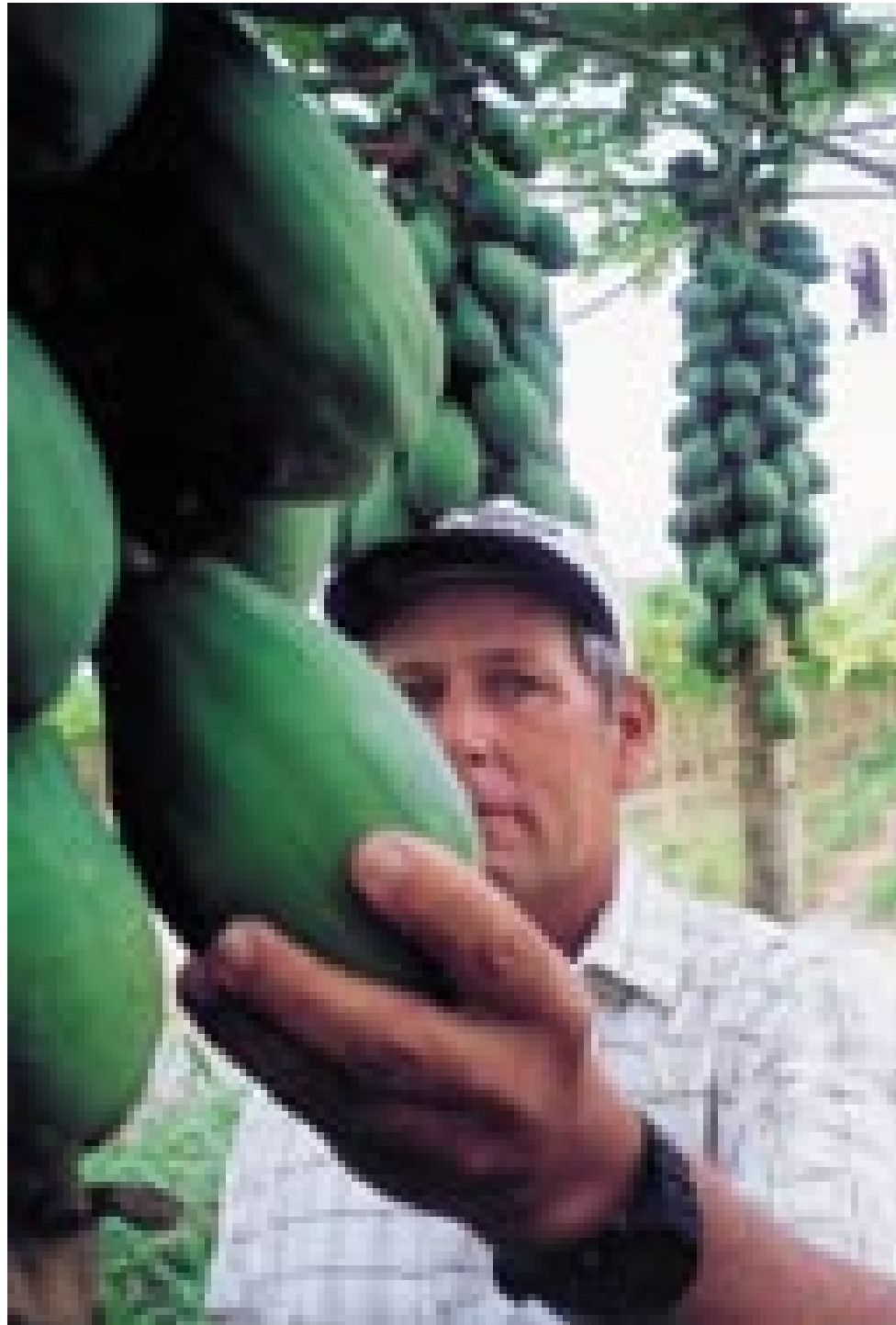
Um dos indicadores do otimismo no setor pode ser percebido no aumento de venda de tratores na região. A Pianna, que lidera a comercialização desse tipo de maquinário no município, ►

registrou um aumento de 30% nas vendas de dois anos para cá. A média mensal de tratores saltou de nove para 14 máquinas, garantindo um faturamento de R\$ 700 mil ao mês.

“Atribuímos esse crescimento à diversificação da fruticultura. Tem produtores deixando a monocultura e investindo na variedade de frutas, muito em função da instalação da fábrica Sucos Mais na cidade”, afirma o gerente da empresa, **Roberto Carlos de Souza Santos**.

Outro representante de vendas de maquinários para o campo, em segundo lugar no ranking municipal, a Ceolin Tratores viu seu movimento anual saltar dos R\$ 1,5 milhão, em 1998, para o dobro, no ano passado. O gerente comercial, **Hilderlande Lopes**, relatou que a vendagem passou de 40 para 100 máquinas anuais e atrelou o resultado à perspectiva de desenvolvimento da fruticultura na região. (L.A.)

Apoena



Ricardo Medeiros



Degradação é atribuída a clandestinos

O setor de mármore e granito representa hoje 50% da produção nacional. Acusado de provocar depredação ambiental e excesso de acidentes de trabalho, representantes da categoria garantem que a mentalidade do empresário está mudando e atribui aos clandestinos a ação predatória.

Responsável por 6% do PIB estadual, com um faturamento médio de R\$ 2 bilhões ao ano e produção em torno de 1,4 milhão de metros quadrados de chapas ao mês, o segmento emprega ainda 35 mil trabalhadores, sendo 15 mil indiretos, e se colocou com uma tábua de salvação para o sul do Estado, que

teve sua economia esvaziada nos últimos anos.

A erradicação do café, na década de 60, e a industrialização dos anos seguintes, com a entrada dos grandes projetos no Estado, causaram um fluxo populacional de 96% em direção à região metropolitana. Como consequência, o interior sofreu uma retração, passando de 85,25% para 53,94% em número de habitantes entre os anos 60 e 2000.

A concentração de investimentos na Grande Vitória provocou também o encolhimento da participação das macrorregiões no PIB do Espírito San-

to. O norte registrou uma queda de quase 10%, em 28 anos, e o sul, que participava com 16,06% da riqueza do Estado, diminuiu, chegando a 11,45% no mesmo período.

Essa última região perdeu muito mais do que alguns pontos percentuais. Já não conta com o pólo de confecções, nem grandes empresas como Itapemirim e a Calçados Itapuã e hoje tem 70% de sua economia dependentes do setor de rochas. Outros municípios, como Mimoso do Sul, com 46% de sua participação tributária gerada pelo setor, estão atrelados à produção de mármore e granito. No norte do Espírito Santo, São Gabriel da Palha, Pancas e Ecoporanga também têm suas bases econômicas ligadas a essa atividade.

Das 1,3 mil empresas do segmento em todo o Espírito Santo, 450 são de extração, 300 na área de serraria e 550 trabalham com polimento e outras atividades.

O vice-presidente do Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais, Cal e Calcário do Espírito Santo, **José Luiz Daros**, diz que o crescimento do setor

(numa média de 20 a 30% ao ano) foi muito rápido e de maneira desorganizada, o que explica, em parte, os problemas de ordem ambiental e trabalhista.

“Existem atualmente dois tipos de empresários: os que atual formalmente, com registro, pagando impostos, cumprindo programas, como estudo de impacto ambiental e reflorestamento de área. Mas tem ainda muitas empresas que surgem da noite para o dia, que trabalham na ilegalidade e contratam pessoas sem qualificação e sem carteira assinada. Cabe ao governo fiscalizar e impedir a atuação desses aventureiros, que só prejudicam a categoria”, afirma Daros.

Ele também critica o governo, alegando que não há qualquer política de desenvolvimento para o setor. “Hoje, depois da China, somos a pedra no sapato dos italianos. Já solicitamos a confecção conjunta de um planejamento até 2015 para o segmento, abordando as dificuldades e apontando saídas. É preciso investir na exportação para alavancar o crescimento da atividade, mas não temos no Espírito Santo sequer rota marítima, somos obrigados a embarcar pelo Rio ou São Paulo”, diz o vice-presidente do Sindirochas.

O Estado tem empresas que são referência mundial nessa atividade, como a Granasa, na região norte, e está saindo da condição de mero exportador de rochas e caminha em direção ao produto final. No ano passado, pela primeira vez o percentual de exportação de material acabado foi superior ao bruto – 53% contra 47%.

Daros atribui o feito ao trabalho de capacitação dos empresários e trabalhadores, mas sabe ainda tem muito a fazer. O desenvolvimento de tecnologias e qualificação, no que se refere à competitividade, é fundamental. “Sabemos da necessidade em se realizar pesquisas tecnológicas, mas achamos que o governo deve contribuir ainda com a redução da carga tributária – atualmente desembolsamos perto de 35% – que nos faz perder campo para outros estados e oferecer linhas de financiamento para a modernização do parque industrial”, reivindica. (L.A.)



Integração com Minas Gerais, São Paulo e Rio, uma imposição

Parte 9 – Economistas

O Espírito Santo representa 1,9% do PIB nacional. Na avaliação do economista Orlando Caliman, o Estado sempre estará atrelado a relações, seja com a economia brasileira ou com o comércio exterior. Para que isso aconteça de forma eficiente, é necessário desenvolver uma conexão muito boa com o Sudeste, que significa 80% da comercialização com outros estados. A perspectiva do crescimento econômico local, seguindo essa linha de raciocínio, passa inevitavelmente pela abertura de canais de comunicação com Minas, São Paulo e Rio de Janeiro.

“Temos alguns gargalos, como a estrutura ferroviária e a BR-101. Resolvendo esses entraves, pode-se até aumentar a capacidade produtiva para operar no Sudeste, ampliando o intercâmbio com essa região”, argumenta o economista.

Ele acredita ser possível transformar o Espírito Santo, pela logística que tem, numa espécie de porta de entrada e saída, de agregação de valor, como acontece em Roterdã, na Holanda, e Antuérpia, na Bélgica. “São regiões portuárias, mas funcionam como indústria portuária, ou seja, têm toda uma atividade industrial ligada ao porto, que se conecta através de canais, ou via uma logística de rodovia, ferrovia com a Europa toda”, explica.

Orlando Caliman diz ainda que com uma boa rodovia sul e estrutura ferroviária que permitisse carregamentos fracionados para São Paulo e Minas Gerais, o Estado daria um salto produtivo. “A ferrovia norte é excelente, uma das melhores do Brasil e da América Latina, mas não é utilizada ainda para atender o pequeno produtor de Baixo Guandu, ou de toda linha. No lado sul, nossas ligações são todas por caminhão,

inclusive o mamão papaya para exportação sai de Linhares rumo aos aeroportos do Rio ou São Paulo, em container frigorificado. Enfim, é uma logística cara”, avalia.

Para esse tipo de transporte marítimo, ou mesmo conexões com ferrovias e estradas, seria preciso investir numa logística especializada, “porque não dá para misturar minério com fruta”. Segundo o economista, o investimento para integrar as malhas ferroviárias, rodoviárias e os portos é relativamente pequeno.

“É triste pensar que a União gastou mais de US\$ 1 bilhão no Porto de Pecém, no Ceará, e o Espírito Santo luta há anos para conseguir dragar a baía de Vitória a um custo de R\$ 8 milhões e ainda não conseguiu. Se você equipar um porto aqui para atendimento do setor de fruticultura, poderia agregar toda a produção do sul da Bahia, parte de Minas Gerais. O fato é que alguém tem que começar. O setor privado só investe se tiver a certeza de que vai ter a carga e como, às vezes, o investimento é que atrai a carga, alguém tem que arcar com ele”(*), opina.



Tadeu Bianconi

O economista **Arlindo Villaschi Filho** complementa, acrescentando que “a movimentação pelos portos do Espírito Santo ainda está fortemente marcada por grandes volumes de baixo valor. Dos quase 100 milhões de toneladas que passaram por ano, em média, nos anos 90 pelas instalações portuárias no Estado, aproximadamente 90% foram de granéis sólidos, marcadamente minério de ferro e *pellets* de minério”.

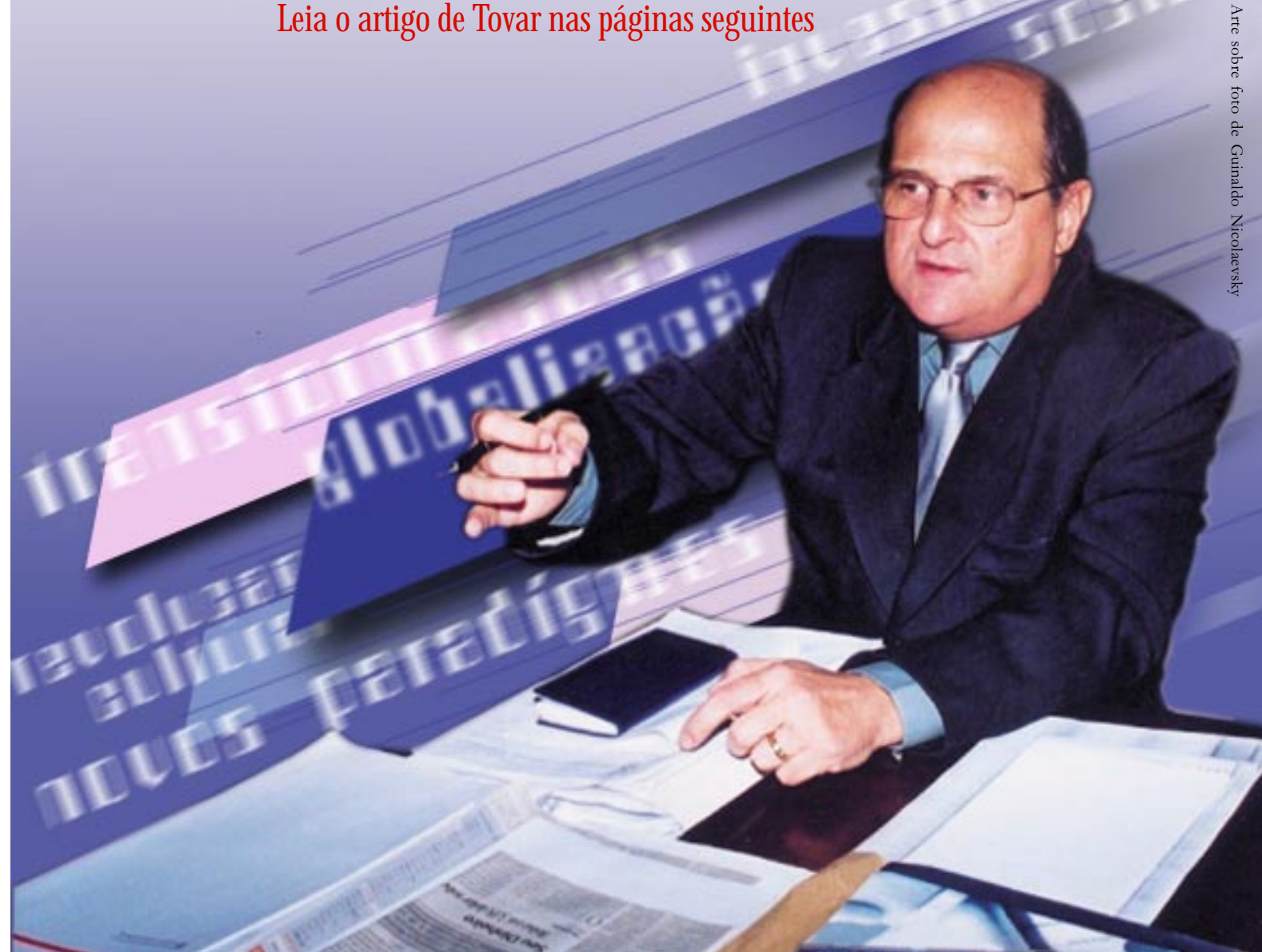
“O que se vê é um aglomerado de atividades econômicas dinâmicas (inclusive porque atuam diretamente em mercados internacionais altamente concorridos) que não pode ser caracterizado como um arranjo produtivo articulado (interna ou externamente). Existe um intenso processo de *learning-by-interacting* mas que não tem ido além dos limites das empresas em suas articulações com fornecedores e clientes”, critica o pesquisador. (L.A.)

(*) Na frase do economista Orlando Caliman, onde consta um gasto da União em torno de US\$ 1 bilhão com o Porto de Pecém, o valor correto é R\$ 150 milhões. Já sobre a dragagem da baía de Vitória, o reinício das obras estava previsto para depois do Carnaval, com conclusão em 60 dias. Esta segunda e última etapa deve custar R\$ 2,5 milhões.

A ousadia da mudança

Em artigo exclusivo para SÉCULO, o secretário de Estado da Fazenda, João Luiz Tovar, critica “a inércia de procedimentos que só fazem perpetuar o *status quo*”. E entra de sola na questão: “há que se ousar para adotar medidas que de fato estejam comprometidas com resultados e que possam ser aprovadas pela sociedade”.

Leia o artigo de Tovar nas páginas seguintes



Arte sobre foto de Guinaldo Nicolaevesky

Mudar ou ... mudar

João Luiz de Menezes Tovar
(Secretário de Estado da Fazenda)

Entre os novos conceitos firmados pela globalização alguns tendem a se firmar na razão direta da capacidade de articulação da sociedade. Um desses é a redução do Estado à dimensão que a sociedade aceite custeá-lo. Se o Estado moderno nasce no século XVIII como a instância mediadora dos conflitos da sociedade é certo que a revolução tecnológica revogou tantos paradigmas que passaram a exigir a redefinição do Estado de sorte a ajustá-lo às novas expectativas e demandas da sociedade.

Essa situação se confirma também aqui no Espírito Santo, ante uma reflexão a respeito das mudanças a serem implementadas

e operadas pelo governo, para que o Estado passe a corresponder as suas novas funções e papéis, geradas pela mais radical revolução cultural já experimentada pela humanidade. Tradicionalmente o Estado vem se prestando a instrumento de ação política de grupos hegemônicos num processo amplamente legitimado pelas disputas democráticas. Mas a sociedade certamente quer mais. Clama por uma estrutura burocrática que rompa com a inércia de procedimentos que só fazem perpetuar o *status quo*. Há que se ousar para adotar medidas que de fato estejam comprometidas com resultados e que possam ser aprovadas pela sociedade.

Assumir e *exercer* o governo significa o exercício de um poder relativo. Relativo por causa do equívoco institucional que se vê hoje no Brasil onde convivem contraditoriamente um sistema presidencialista com uma Constituição parlamentarista.

Reproduzida no âmbito regional, essa situação engendra a questão da governabilidade, em que o Legislativo passa, de fato, a deter o poder de decisão que teoricamente está confiado ao chefe do Executivo e do qual tanto se espera.

A necessidade de acomodar interesses políticos acaba tornando a gestão

do Estado um fim em si mesmo fazendo-o se perder do propósito de retornar à sociedade, com dividendos, o que dela se recolhe através de obrigações e impostos. Isso gera o gigantismo do aparato administrativo que consome recursos para sua manutenção, tomando-os às atividades que estariam disponibilizando para a sociedade os serviços requeridos. É claro que se joga um jogo em que as regras são tacitamente pactuadas pelos atores políticos mas isso só faz perpetuar o desencontro entre sociedade e Estado, comunidade e governo.

Isso se torna mais visível quando se percebe o equívoco cultural em que incorrem algumas autoridades ao identificar governo tão somente como o Poder Executivo e não o conjunto dos poderes autônomos que detêm a titularidade e portanto a responsabilidade pelo governo e pelo ato de governar. Medidas de austeridade ou ajustamento impostas pela realidade das finanças públicas precisam ser assumidas não somente pelo executivo mas por todos os demais poderes, mesmo com o desgaste político dessas medidas, não podendo mais ser descartadas pelo que representam de ônus político pois o processo pernicioso se realimenta e a sociedade cobra soluções cujo custo ela ou os setores mais diretamente envolvidos não estão mais dispostos a pagar.

A essa percepção se juntam outras também daninhas: no Brasil, as relações da sociedade com o Estado assentaram o entendimento de que *o que é público é de ninguém* contra a necessária convicção de que *o que é público é de todos*, daí porque o trato da coisa pública demandar essencialmente escrúpulo e senso de honestidade do administrador.

A prevalência do primeiro conceito legados a cultura do *agora é minha vez*, em que o gestor de plantão dá vazão a critérios que nem sempre se ajustam aos interesses coletivos, produzindo uma apropriação particular do bem público. A constatação da disparidade dos preços praticados pelos fornecedores de bens e serviços do governo nas suas relações com o mercado é um dos exemplos que revelam uma prática predató-

ria em que o fornecedor não se identifica como membro da sociedade representada pelo governo, mas como o fortuito protagonista de uma oportunidade de tirar proveito pessoal. Não lhe ocorre que se todos adotam o mesmo procedimento instaura-se o espírito do *salve-se quem puder* que patrocina a auto-extorsão em que ilusoriamente se beneficia ao custo da inevitável exaustão da sua fonte. Algo parecido a *queimar as madeiras da casa para alimentar o fogo que o aquece na noite gelada*.

A extorsão que se pratica hoje se explica também pela inadimplência do governo. É um argumento parcialmente verdadeiro. Apenas parcialmente, pois considerando que os encargos financeiros praticados em uma economia estabilizada aplicada aos prazos da inadimplência nunca alcançarão os valores embutidos nos preços cobrados ao governo a pretexto de tais atrasos. No fundo prevalece a cultura do individualismo ou do corporativismo em que se perde a noção do todo. E por esse princípio instaura-se um *câmbio* cruel que institui uma paridade monetária também perversa, onde cada real do governo não vale em alguns casos cinquenta centavos. A isso se acresce a urgente necessidade de qualificação dos gastos, de sorte que os dispêndios do governo sejam avaliados prioritariamente pela relação custo/benefício e não dissipados por uma orientação sem qualquer consideração com o verdadeiro interesse público que deve presidir qualquer ato de uma autoridade ou agente administrativo.

Essa perniciosa orientação é, a meu ver, um dos grandes problemas do governo, quando testemunhamos situações em que os titulares das diversas pastas, mais que priorizar legitimamente seus interesse setoriais, entendem que devem sobrepô-los à conveniência do conjunto, do todo ao qual se inserem. Um trabalho judicioso da gestão das finanças estaduais tem produzido um resultado altamente expressivo situando-se mesmo como uma das grandes obras da atual administração estadual. O esforço de contenção, administração de prazos e fluxos de caixa permitiu ao governo alcançar um resultado primário – o saldo do cotejo entre receitas e despesas excluídos os juros e o principal pagos pela dívida pública – positivo, reduzindo-se um déficit de 571 milhões de reais em 1998 para um superávit previsto de aproximadamente 100 milhões no exercício anterior. Um dos mecanismos de gestão é o regime de caixa único, onde as demandas setoriais, mesmo que legítimas

de per si, não são passíveis de serem atendidas na totalidade em função das nossas restrições financeiras. Alguns titulares de áreas do governo chegam a recriminar a gestão financeira do Estado por não serem atendidos, imputando ao órgão gestor o ônus do não pagamento. Importante compreender que os resultados primários crescentes obtidos pelo governo não significam disponibilidade de caixa. No caso do Espírito Santo, em suas cifras atuais, esses indicadores desconsideram desembolsos efetivos com parcelas da dívida pública (da ordem de R\$ 20 milhões/mês), montante que ultrapassa aos gastos de custeio e o custo com a folha de pessoal referente aos pagamentos parcelados dos meses de outubro, novembro e dezembro de 1998. Hoje o funcionário público estadual sabe antecipadamente o dia em que vai receber seu salário. Apesar desses compromissos prioritários estarem rigorosamente em dia, todos reclamam, e até com certa razão, quando se vêem contrariados em suas necessidades de aporte financeiro para saldar compromissos de suas áreas. Ocorre que a soma das demandas excede largamente a disponibilidade financeira produzida pela nossa arrecadação, gerando um hiato.

No início do atual exercício, quando assumimos a Secretaria da Fazenda, passando efetivamente a conhecer o governo, propusemos ao governador José Ignácio a adoção de um critério que permitisse a cada ordenador de despesa sentir um pouco na pele as dificuldades enfrentadas para administrar o *gap* de recursos. O governador determinou a definição de cotas bimensais para cada setor, onde cada administrador em sua secretaria prioriza seus compromissos mensais. Claro que as cotas não atendem integralmente as demandas de cada pasta ou órgão, mas representam a realidade financeira do Estado e asseguram autonomia relativa na quitação de seus compromissos prioritários.

Há necessidade do governo acatar a relação custo-benefício de seus gastos para corresponder às expectativas da sociedade; isto implica na coragem de romper paradigmas. Hoje, a população funcional do Estado é inchada menos pela necessidade efetiva de um contingente desse tamanho que pelo histórico papel do Estado em prover os empregos e oportunidades de trabalho que caberia ao mercado, ou seja, à iniciativa privada produzir. À falta da oportunidade de trabalho busca-se o emprego público como moeda eleitoral ou de relaciona-

mentos pessoais com as autoridades. Alguém vai pagar a conta, claro. Quem? A sociedade que reclama da ineficiência do governo na prestação dos serviços pelos quais ela já paga caro através de uma pesada tributação (desde que se paguem impostos ao município, ao Estado, à União).

O exame acurado dos gastos públicos permite constatar que a grande distorção, o velho paradigma que está por se romper é o que situa o governo instituindo a máquina administrativa como um fim em si mesmo e não um instrumento para o cumprimento de sua missão: servir à sociedade. Esse princípio inspira a manutenção de estruturas burocráticas que não se justificam pelos resultados prestados e sim pelos interesses que acomodam, a oferta de empregos e cargos, principalmente. Secretarias que podem se reduzir a departamentos; departamentos que podem se resumir a uma seção; seções que podem ser reduzidas ou extintas. O organograma do Estado brasileiro exhibe exemplos claros de órgãos que precisam ser reavaliados sob a ótica da relação custo-benefício que geram para a população. Torna-se imprescindível fazer-se um balanço da coisa pública buscando-se as efetivas necessidades da sociedade, priorizando áreas sociais e reduzindo e/ou eliminando aquelas em que o Estado não tem condições de suportar. É fundamental que o governante se libere das estruturas pesadas e desnecessárias, em prol do interesse coletivo, do aprimoramento do aparato burocrático e não a reserva de interesses localizados.

Uma inadiável reforma do Estado implica, portanto, uma necessária reforma na mentalidade que sustenta o conjunto de valores que balizam os atores políticos. Adiá-la significa voltar as costas para uma monumental transformação que engolfa o mundo, onde não estamos ilhados, pelo contrário, intrinsecamente conectados.

Não fossem todas as evidências que mostram claramente a necessidade de se ajustar o Estado às exigências da sociedade, a recente Lei de Responsabilidade Fiscal, que entrou em vigor a partir de 2000, impõe ao homem público uma atuação eficaz, obrigando-o a assumir compromissos que não ultrapassem o término de sua administração para serem pagos, estando portanto impedido de transferir responsabilidades financeiras aos gestores futuros. Daí a urgência de rever o conceito de *coisa pública*, de reavaliar a função do Estado e do governo para que esses absorvam as transformações que a sociedade experimenta. ■

